

A INFLUÊNCIA DE UM OBSERVATÓRIO SOCIAL ÀS DECISÕES PÚBLICAS EM UM MUNICÍPIO DE MINAS GERAIS

THE INFLUENCE OF A SOCIAL OBSERVATORY ON PUBLIC DECISIONS IN A MUNICIPALITY OF MINAS GERAIS

KELLY VALERIO SOUZA

kellyv.uesb@gmail.com

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET MG

<https://orcid.org/0000-0002-3761-4984>

LÍVIA MARIA DE PÁDUA RIBEIRO

livia.padua2014@gmail.com

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET MG

<https://orcid.org/0000-0002-5271-9397>

RESUMO

Objetivo: Analisar de que modo as práticas institucionais de um OS podem influenciar as decisões públicas em um município. Para isso, o estudo mapeou as características do desenho institucional do OSB-PM por meio das oito escolhas para minipúblicos, e analisou as influências e contribuições geradas pelo OSB-PM na governança pública municipal.

Método: O estudo apresentou uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo. O método foi o estudo de caso aplicado, onde se utilizou como meios de coleta de dados: entrevistas semiestruturadas, pesquisa documental e observação direta não-participante. O enfoque consistiu em desenhar institucionalmente o minipúblico analisado para compreender a influência de suas deliberações. Para tratar e analisar os dados, utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo.

Resultados: O OSB-PM correspondeu às oito escolhas, especialmente às de Empoderamento e Monitoramento, revelando a sua conexão com o Estado. Verificou-se no intervalo analisado uma sequência consistente de deliberações que obtiveram reflexos decisórios do poder público municipal e dos órgãos de controle.

Considerações: Este estudo visou contribuir na ampliação do interesse acadêmico em práticas institucionalizadas de controle social e na percepção da importância de cidadãos comuns se apropriarem das temáticas de natureza pública em seus municípios.

Palavras-chave: Minipúblicos; Decisões públicas; Governança; Observatório Social.

ABSTRACT

Objective: *Analyze how the institutional practices of an OS can influence public decisions in a municipality. The study mapped the characteristics of the institutional design of the OSB-PM through the eight choices for mini-publics, and analyzed the influences and contributions generated in municipal public governance.*

Method: *The study presented a qualitative, descriptive approach. The method was the applied case study, where the following data collection methods were used: semi-structured interviews, documentary research and direct non-participant observation. The focus consisted of institutionally designing the mini-public analyzed to understand the influence of its deliberations. To process and analyze the data, the Content Analysis technique was used.*

Results: *The OSB-PM corresponded to the eight choices, especially those of Empowerment and Monitoring, revealing its connection with the State. In the analyzed interval, a consistent sequence of deliberations was observed that had decision-making effects on the municipal public authority and control bodies.*

Considerations: *This study aimed to contribute to expanding academic interest in institutionalized social control practices and to the perception of the importance of ordinary citizens taking ownership of public issues in their municipalities.*

Keywords: *Mini-publics; Public decisions; Governance; Observatório Social.*

1 INTRODUÇÃO

A partir da Constituição de 1988 o Brasil passou a experimentar avanços na construção de ambientes democráticos e no compartilhamento de responsabilidades nas decisões políticas (SCHOMMER; NUNES; MORAES, 2012), inaugurando novas possibilidades de se exercer o controle social na gestão pública e possibilitando à sociedade e aos cidadãos comuns participar e debater diretamente com seus representantes (Avritzer, 2008), estimulando a governança pública e melhorando a qualidade da decisão estatal.

Nesse sentido, a governança social remete à discussão sobre as modificações da relação Estado-sociedade, especialmente na perspectiva democrático-participativa-social (PAES DE PAULA, 2005), onde se enseja uma maior participação popular nos estágios das políticas públicas, com finalidade de ampliar a cidadania ativa e a democracia.

A manutenção de canais ampliados e inclusivos de diálogo participativo, mesmo em um regime democrático, é um desafio (Pinheiro, 2016), sendo cada vez mais importante que os cidadãos estejam aptos a participar da vida pública de forma livre e com consciência crítica. Nisso, adveio um movimento em que cidadãos organizados se tornam fiscalizadores das deliberações públicas: a Rede Observatório Social do Brasil (Rede OSB), onde o exercício consistente do controle social se dá na padronização da atuação, majoritariamente feita em municípios, na persecução do interesse público. As indagações acontecem por meio de ofício, sem coerção, fundamentadas nos princípios da economicidade, e da publicidade, sendo expostas à população via relatórios oficiais na *internet*.

A Rede OSB é uma instituição nacional, organizada e mantida por seus afiliados, onde se busca proporcionar qualidade nas decisões públicas. O seu surgimento como espaço deliberativo aperfeiçoado, segundo Avritzer (2008) e Schommer & Moraes (2011), foi um marco dentre as modalidades de participação popular conhecidas, promovendo capacitação e suporte às suas filiais (os Observatórios Sociais – OS), além de estabelecer parcerias estaduais e nacionais.

Na intenção de analisar as deliberações praticadas por esta Rede institucionalizada de controle social, e em vista da literatura incipiente acerca dos minipúblicos deliberativos como ferramentas de desenvolvimento da democracia no Brasil, questionou-se de que modo as práticas institucionais de um minipúblico como o OS podem influenciar as decisões públicas em um município.

Nisso, o objetivo geral é analisar de que modo as práticas institucionais de um OS podem influenciar as decisões públicas em um município. Para isso, mapeou-se as características do desenho institucional do OSB-PM por meio das oito escolhas para minipúblicos. Admite-se neste estudo que um OS é entidade promotora de participação social, visto que seus associados utilizam o interesse público como balizador da fiscalização.

A escolha pelo termo “influência nas decisões” é justificada no Estatuto do OSB-PM, o qual em seu Capítulo Terceiro, Art. 3, inciso III, diz que esta instituição, dentre o rol dos seus objetivos, tem o cunho de “possibilitar e exercer o direito de influenciar as políticas públicas” (OSB, 2022, p.1). Já o termo “minipúblico” (DAHL, 1989; FUNG, 2004) é como se caracterizam os pequenos movimentos de cidadãos organizados e qualificados para deliberar assuntos de natureza pública, executando-os de maneira autoconsciente (ANACLETO et al., 2021).

Existem três razões para dispensar mais atenção aos minipúblicos (FUNG, 2004): (i) são experiências promissoras para o engajamento cívico e a deliberação pública; (ii) são mais interessantes ao trabalhar na proliferação de melhores minipúblicos em vez de promover esforços para melhorar um grande público; e (iii) referem-se à capacidade de oferecer detalhes sobre o desenho institucional mais propício a uma deliberação pública efetiva (ANACLETO et al., 2021).

2 MINIPÚBLICOS DELIBERATIVOS E A REDE OSB

Uma iniciativa de cidadãos que seja independente, participativa e deliberativa se alinha teoricamente ao raciocínio introduzido por Dahl (2002:1989) e ampliado por Fung (2004), definido como *minipúblico* – ou *mini-público*: esse fenômeno identifica o desenho institucional formado por indivíduos organizados que se juntam para analisar e deliberar por meio de projetos voltados para o aperfeiçoamento da tomada de decisões públicas, fazendo-o de maneira autoconsciente.

Fung (2003) utilizou premissas institucionais para criar categorias analíticas de um arranjo o qual que denominou, à luz de Robert Dahl, de *minipúblico*. A teoria institucional é pensada na junção de diferentes aspectos oriundos da sociologia, da economia e da ciência política (MACEDO; CKAGNAZAROFF, 2018), e essa corrente também pode acolher os aspectos mais profundos das estruturas sociais.

A ideia de minipúblico (FUNG, 2003) é baseada na concepção de *minipopulus* (DAHL, 2002:1989), porém mais inclusiva e mais conectada à sociedade civil e ao Estado (ASSIS; FAUTH; CAVALLAZZI, 2020). Fung considera os minipúblicos como aqueles esforços mais promissores para o engajamento cívico e deliberação pública, especialmente se proliferados pela sociedade. Esses esforços implicariam transformações constantes e com alto impacto no desenho de uma democracia participativa (VITULLO, 2000).

Dahl sugeriu a possibilidade de criar amostras estatisticamente representativas do conjunto da cidadania, dando o nome de *minipopulus* a essas amostras, que expressariam o que todo um país ou região resolveria se tivessem oportunidades de deliberar sobre assuntos comuns.

Este grupo de pessoas deveria contar com a assistência de um comitê-assessor de estudiosos e especialistas e com apoio logístico-administrativo (VITULLO, 2000), realizaria audiências, nomearia comissões para conduzir investigações e participaria de debates (DAHL, 2002:1989), funcionando como um complemento das instituições legislativas (VITULLO, 2000).

Dahl (1989) argumenta que as instituições representativas até então não forneciam medidas suficientes em termos de processamento de informação e comunicação, considerando a complexidade técnica e moral dos problemas políticos. Nisso, decisões sobre temáticas fundamentais que envolvam políticas públicas, como energia, meio ambiente e saúde pública requerem extensa experiência científica e técnica.

O autor ainda expressava a preocupação de que os poderes de tomada de decisão sobre questões complexas nas democracias contemporâneas tendiam a cair nas mãos de tecnocratas, em vez de representantes eleitos. Como solução, sugeriu o uso de um fórum deliberativo de cidadãos a fim de envolver os cidadãos em geral na formulação de políticas sobre questões complexas e, conseqüentemente, para neutralizar essas tendências (DAHL, 1989, p. 340-341).

Há diversos exemplos contemporâneos de arranjos deliberativos democráticos, podendo ser experienciados na democracia brasileira por meio de enquetes deliberativas, encontros de cidadãos, orçamentos participativos, conselhos de políticas públicas, júris, entre outros (Anacleto et al., 2021; Ciconello, 2008; Wampler; Avritzer, 2004), sendo que a estrutura de um minipúblico é majoritariamente constituída por um número reduzido de integrantes, se assemelhando a pequenas reuniões, vindo a funcionar como associações propositivas (Fung, 2004) – em que também são alcunhados de *assembleias cidadãos* (DELIBERA BRASIL, 2022).

Existe uma metodologia padronizada de atuação que é proposta pela cartilha institucional da Rede OSB e o seu Estatuto social, os quais direcionam o *modus operandi* essencial de todas as filiais pelo território brasileiro. Apesar desta padronização nacional, Santos, Souza e Ribeiro (2021) destacam que cada OS possui autonomia de privilegiar e direcionar seu plano de ação para o cenário mais pungente em seu município, priorizando as pautas que julgarem mais relevantes localmente.

Isto significa que, apesar de ser uma instituição com um *default* metodológico a nível nacional, o desenvolvimento das atividades fiscalizadoras nas filiais não terá sua prática limitada, pois operará espontaneamente conforme as demandas que urgirem no contexto cultural e organizacional de seus municípios (ANACLETO, 2019), fenômeno também percebido por Santos, Souza e Ribeiro (2021).

Anacleto (2019) corrobora essa premissa quando afirma que diferenças econômicas, sociais e culturais das cidades e regiões brasileiras onde filiais de OS estejam instalados – 17 estados brasileiros e 131 cidades em 2024 – contribuem para uma pluralidade de características, como no perfil dos seus membros; na tomada de decisões; na frequência dos encontros, etc. Silva (2017) corrobora ao afirmar que cada OS terá suas peculiaridades, pois cada município tem seus desafios e dificuldades, maiores ou menores, o que faz variar sobremaneira suas linhas de atuação desenvolvidas.

Os esforços dos minipúblicos, segundo Assis, Fauth e Cavallazzi (2020), são focados na reforma do pensamento em vez de constituírem formas revolucionárias para solucionar problemas sociais que demandam alterações político-culturais, o que poderia paralisar pesquisadores e agentes públicos, visando uma melhoria substancial da esfera pública por meio da participação.

Partindo desse pressuposto, trazer o cidadão comum para esse processo de reflexão é uma maneira dos agentes públicos qualificarem a participação social na tomada de decisão pública e viabilidade de determinadas políticas em situações complexas. Os minipúblicos, portanto, vêm se mostrando promissores para que a comunidade ocupe o centro do processo de tomada de decisão, a fim de gerar políticas públicas mais efetivas (DELIBERA BRASIL, 2022).

Para Fung (2004), no meio estatal os minipúblicos contribuem para seu fortalecimento por meio da qualificação e melhoria da participação e deliberação públicas, abordando assuntos que vão desde reformas constitucionais e eleitorais até ciência e tecnologias controversas, além de diversas questões sociais como saúde, justiça, planejamento e sectarismo (ESCOBAR; ELS-TUB, 2017), podendo contribuir com outros bens democráticos como o incentivo para níveis de envolvimento mais amplo dos cidadãos nos processos políticos e nas questões que os afetam e o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem e deliberação pelas comunidades, criando oportunidades para que os cidadãos saibam lidar com situações complexas oriundas de políticas públicas (ANACLETO et al., 2021).

Na visão de Coelho e Nobre (2004), os minipúblicos são uma ‘classe intermediária’ de instituições democráticas, assimiladas às agências administrativas e associações secundárias em vez das constituições/estruturas democráticas básicas, onde Fung (2004) pôs junto às práticas contemporâneas as suas considerações sobre o desenho dessas instituições.

Fung explicitou as oito escolhas de desenho institucional mais importantes para os minipúblicos e desenvolveu algumas hipóteses sobre como essas escolhas torna-os mais ou menos propensos contribuir com a governança. É mister entender essas escolhas para que as consequências sejam as mais prováveis possíveis, indicando as características do desenho institucional do minipúblico e as conexões desse espaço público com o Estado.

Quadro 1 – Características do desenho institucional em minipúblicos

A – Características do desenho do espaço público	
Propósito e Concepção	Diz respeito ao que o minipúblico deve fazer
Quem? Recrutamento e seleção	Modo de seleção e recrutamento dos participantes.
O que? Tema da deliberação	Informa qual o assunto público que o minipúblico discute.
Como? O modo deliberativo	Relaciona-se à organização e ao estilo das discussões.
Quando? Recorrência	Informa a frequência com que o minipúblico se reúne.
Por que? Apostas	Indica qual o interesse dos participantes no assunto discutido.
B – Conexões do espaço público com o Estado	
Empoderamento	Considera-se que um minipúblico é empoderado se os seus resultados deliberativos forem capazes de influenciar as decisões públicas
Monitoramento	Maneira de acompanhamento dos resultados das discussões, as consequências das deliberações para o público

Fonte: Anacleto et. al (2021), adaptado de Fung (2004).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo apresentou uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo. O método a ser utilizado foi o estudo de caso aplicado, no qual se utilizou diferentes meios de coleta de dados (YIN, 2001): entrevistas semiestruturadas, pesquisa documental e observação direta não-participante.

O enfoque da pesquisa consistiu em desenhar institucionalmente o minipúblico analisado para compreender seus processos decisórios. Para tratar e analisar os dados coletados, utilizou-se a técnica de Análise de conteúdo (BARDIN, 2016:1977).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O Quadro 2 a seguir apresenta a síntese da Pré-análise de conteúdo.

Quadro 2 – Síntese da Pré-análise

	Grupo 1: Dados primários		Grupo 2: Dados secundários	
Pré-análise: leitura flutuante e seleção dos grupos de documentos	Entrevistas Semiestruturadas	Notas de visita ao Campo	Estatuto Social	Relatórios oficiais (2018 a 2022)
	(05 documentos transcritos)	(01 documento)	(01 documento)	(15 documentos)

Fonte: Análise de conteúdo realizada pela pesquisadora (BARDIN, 2016)

A exploração do material constituiu a segunda fase da análise, que consiste na identificação das unidades de registro (unidade de significação) e na definição de categorias (sistemas de codificação), possibilitando ou não a riqueza das interpretações e inferências. Esta é a fase da descrição analítica, a qual diz respeito ao *corpus* (material textual coletado) submetido a um estudo aprofundado, orientado pelos referenciais teóricos. Dessa forma, a codificação e a categorização são básicas nesta fase (BARDIN, 2016:1977).

No que tange à codificação, é uma transformação efetuada segundo regras precisas dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão (BARDIN, 2016). Após a codificação, segue-se para a categorização, a qual consiste na classificação de elementos constitutivos de um conjunto com critérios previamente escolhidos/definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse realizado em razão dos elementos comuns destes textos (BARDIN, 2016:1977).

Foram descritas as características gerais da instituição, segundo o referencial teórico escolhido na proposta de pesquisa. O estudo identificou abertamente a organização, mas preservou os nomes/cargos dos participantes – 13 (treze) indivíduos voluntários distribuídos em 7 (sete) cargos de liderança não-remunerados de diretor ou conselheiro fiscal. O Quadro 3 apresenta o perfil demográfico dos participantes.

Quadro 3 – Dados demográficos dos entrevistados

	Participante 1 (P1)	Participante 2 (P2)	Participante 3 (P3)	Participante 4 (P4)	Participante 5 (P5)
Escolaridade, sexo e Experiência no OSB-PM	Formação superior. Sexo feminino. 6 anos.	Formação superior. Sexo masculino. 3 anos.	Formação técnica. Sexo masculino. 7 anos.	Formação técnica. Sexo masculino. 7 anos.	Formação superior incompleta. Sexo masculino. 7 anos.

Fonte: Dados primários da pesquisa, 2023

Baseando-se no referencial teórico, definiu-se as seguintes categorias temáticas: Propósito/concepção; Quem; O que; Como; Quando; Por que; Empoderamento; e Monitoramento. As unidades de registro no rol de documentos analisados foram destacadas por temática (BARDIN, 2016), que é quando os entrevistados mencionam/tratam sobre os elementos a serem analisados na pesquisa.

4.1 O desenho institucional do OSP-PM: análise das oito categorias para minipúblicos

Como em qualquer articulação cidadã que vise a construção de consciência política, pode-se enfrentar muitas questões críticas no curso do planejamento das atividades daquela nova organização (FUNG, 2004). Essas questões-chave compõem as oito escolhas do desenho institucional.

- A) PROPÓSITO E CONCEPÇÃO: foram identificadas as principais características da organização interna (estrutura organizacional), quem são as pessoas e cargos responsáveis pelas operações, e o que estão se propondo a fazer naquela instituição (objetivos). As proposições também se incluem identificar o que eles fazem, não confundindo com o papel de controle externo desenvolvido pelo Poder Legislativo, na figura dos vereadores.

Partindo das motivações que foram relatadas nas entrevistas para se fundar o minipúblico analisado, ressaltou-se que a vontade de abrir uma filial da Rede OSB em Pará de Minas originou-se, tal como Fung (2004, p. 175), da premissa de “querer aperfeiçoar a qualidade do engajamento cívico e da deliberação pública”, estando eles com módico ou baixo financiamento e sem nenhuma contrapartida financeira do Estado – condição necessária de existência).

A fundação do OSB-PM objetivou fiscalizar o gasto dos recursos públicos da cidade de Pará de Minas (MG), moderando as decisões dos administradores públicos conforme a necessidade, sempre fundamentando-se no arcabouço legal brasileiro. A motivação inicial para os voluntários era a de controlar o gasto público e auxiliar a Prefeitura e a Câmara no direcionamento dos recursos, controlando e evitando a corrupção – motivações que se mantêm as mesmas até os dias atuais.

No início das suas atividades o OS lidava com uma intensa desconfiança dos gestores públicos em geral, sob alegação de que eles poderiam estar a serviço de algum partido político, ou mesmo mal intencionados em “manchar a imagem de um político em detrimento do cresci-

mento de outro político”. Para os diretores, este foi um grande desafio enfrentado nos primeiros anos de funcionamento. Com o tempo, os entrevistados afirmaram ter desenvolvido, pela experiência e respaldo conquistado, um maior traquejo ao lidar com os administradores públicos e legisladores, e até mesmo com instâncias superiores como o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), se tornando um trabalho mais acurado.

Nesse contexto, por meio da definição de Fung (2004) sobre os tipos de minipúblicos existentes, o OSB-PM se assemelha a um terceiro grupo, denominado de “cooperação para a resolução participativa de problemas”, tipo o qual prevê um relacionamento contínuo e simbiótico entre o Estado e a esfera pública, destinado a solucionar determinados problemas coletivos.

Fung propõe que, para sanar alguns desses problemas, os cidadãos e mandatários – através da deliberação participativa – podem indicar soluções novas em detrimento das decisões que estão sendo tomadas pelo poder público, as quais permitam usar melhor os recursos existentes e amplificar a engenhosidade das esferas cívica e estatal. Esse tipo de minipúblico se pauta em um certo ceticismo de que frequentemente não se pode confiar nas decisões do Estado, e “torna-lo publicamente responsivo favorecerá arranjos os quais seus membros possam ficar de olho bem aberto sobre os funcionários públicos” (FUNG, 2004, p. 177)

- B) QUEM (RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES): Foram identificados os critérios de recrutamento e seleção dos voluntários. Sobre os critérios de escolha dos seus participantes, o Estatuto social define algumas diretrizes gerais da Rede que são repetidas nos estatutos das filiais. Nisso, entende-se que as atividades do OSB-PM (e de toda a Rede OSB) estão abertas aos cidadãos que desejarem participar, caracterizando-se diante das definições de Fung (2004) como um mecanismo de autoseleção voluntária, mas observando a “cláusula pétrea” de o indivíduo não possuir vínculo evidente e/ou subordinação político-partidária.

Nesse último ponto, Bona e Boeira (2018) trazem uma crítica a qual se situa no paradoxo relevante entre o princípio apartidário e o princípio da participação social; isso porque, ao excluir do debate determinado segmento, o OS pode se tornar um espaço menos participativo.

Não há um período fixo para ingresso da comunidade no OS. A sociedade pará-minense em geral também é convidada a frequentar as reuniões mensais públicas na qualidade de visitantes, sem estarem associados. No entanto, as reuniões internas que ocorrem somente com a direção, conselho fiscal e coordenação são privativas aos membros eleitos e à coordenação/jurídico. Vale dizer que, na condição de associado, o valor monetário da contribuição mensal que se faz ao OSB-PM é facultativo. Segundo os participantes, este é um dos maiores desafios enfrentados por eles: a manutenção de suas despesas básicas.

A divulgação dos trabalhos exercidos no minipúblico visando atrair mais voluntários e associados acontece de maneiras diversas, nos momentos em que os diretores possuem compromissos oficiais da Rede OSB, participações em eventos de outras organizações, e também por redes sociais da internet. Sendo um minipúblico que afirma buscar atrair novos observadores, depreendeu-se que há um “filtro” natural na escolha pelos ambientes de reunião comunitária – pois a natureza do trabalho ainda traz a necessidade de algum conhecimento sobre o que é fiscalizado. Escolhendo escolas e faculdades, há um foco em atrair estudantes, universitários e algum estrato da sociedade empresária local.

Como a obrigatoriedade da cartilha nacional da Rede é não ser filiado a um partido político e nem expressar opinião abertamente partidária durante a participação das reuniões do grupo, entende-se na análise que determinadas populações historicamente engajadas nas causas públicas – como representantes de classe, associações de bairros, ou mesmo lideranças estudantis organizadas – não dariam mote a uma filiação no OSB-PM, aqui hipoteticamente por haver uma natural tendência de estarem atrelados publicamente a inclinações político-partidárias que abracem suas pautas.

- C) O QUE (MATÉRIA DAS DELIBERAÇÕES): Foram identificados os temas que são assunto para o grupo discutir, deliberar e decidir os seus próximos planos de ação. A respeito dessas temáticas de deliberação, percebeu-se que o principal assunto discutido são os desdobramentos e encaminhamentos dos gastos públicos no município de Pará de Minas e regiões limítrofes. Deixou-se claro a necessidade de haver uma equipe especializada atuando conjuntamente aos diretores e conselheiros, pois nem sempre possuíam aparato legal suficiente para legitimar uma operação.

Sobre a construção de argumentos dos diretores/conselheiros nas discussões de grupo, há informações suficientes e conhecimentos atualizados sobre os assuntos, porém há vezes que são pênos de surpresa com um tema novo. Nisso, ficou mais evidente à análise a necessidade daqueles diretores terem junto ao grupo pessoas que sejam fonte imediata de conhecimentos técnicos específicos, especialmente em temas como legislação específica e que tenham familiaridade nas terminologias típicas da Administração Pública.

Contrastando esse ponto, o OSB-PM no seu estatuto social (e mesmo a Rede OSB no seu código de conduta) não exige dos afiliados uma formação técnica específica para desenvolver as atividades de diretor, ou mesmo para discutir temas. Porém, sendo um associado, o cidadão recebe treinamento específico ao cargo ocupado, oferecido pela Rede OSB de forma on-line e/ou presencial, além de ser direcionado a fazer outras capacitações disponibilizadas.

Sobre os assuntos que são postos em pauta nas reuniões públicas, todos passam por uma acareação prévia pela cúpula de diretores, ocorrida antes da reunião pública; nesse momento, as denúncias da população – que são escritas muitas vezes em bilhetes postos debaixo da porta da Sede – e a lista de monitoramentos realizadas pela coordenação/jurídico/estagiários são expostos, primeiramente para conferir a veracidade de determinadas denúncias, e para buscar o aparato legal às argumentações do grupo na Prefeitura ou na Câmara. Só depois de apurada a verdade e a legitimidade, as discussões são trazidas às reuniões públicas e expostas aos demais membros e à comunidade.

Antes de decidir levar um determinado tema considerado “polêmico” à tona, advindo principalmente de denúncias anônimas, a direção busca preliminarmente contatar o agente público envolvido privativamente, onde busque situar e sanar o fato sem “evoluir” para o chamamento público. Concluiu-se que, em contextos de municípios de pequeno porte como Pará de Minas, esse cenário é bastante plausível de ocorrer.

Corroborando Fung (2004), todos os assuntos que venham a ser tratados no OSB-PM são tidos como parte do jogo para o debate na ampla esfera pública, deixando mais ampla a liberdade de expressão dos seus membros para escolher os temas e o escopo das deliberações, e deixando os *insights* acontecerem livremente conforme as demandas vão chegando para o grupo.

- D) **COMO (ORGANIZAÇÃO E ESTILO DAS DISCUSSÕES):** Foi analisado o modo como ocorrem as deliberações, ou seja, de que forma os membros se organizam internamente para colocar os assuntos de discussão em pauta, e como os assuntos evoluem para resolução no decorrer do tempo. Os membros discutem enquanto não solucionam as denúncias que chegam. Separa-se os assuntos mais polêmicos e mais profundos, trazidos em denúncias, para a reunião de diretoria interna. Já na reunião pública é trazido sempre uma apresentação geral do que foi feito naquele mês, do que foi resolvido ou solucionado dessas denúncias.

O arranjo e a condução das discussões nas reuniões públicas (onde se realizou observação não-participante) corroboram as premissas de Fung (2004), as quais apontam que as tomadas de decisões geradas em um minipúblico deliberativo advêm de um processo construtivo de discussões, onde os voluntários participam, dão suas opiniões e posteriormente tomam decisões baseando-se nas razões convincentes apresentadas pelo grupo.

Tudo o que for discutido e decidido em reunião é registrado em ata. Segundo o estatuto social, dentre os direitos dos associados está o poder de “manifestar-se sobre todos os atos, decisões e atividades” (OSB-PM, 2022). Até chegarem a um consenso, há embasamento legal e reconhecimento do processo (a encargo da coordenação). Alguns diretores presentes demonstram maior conhecimento em determinado âmbito, vindo a opinar mais e trazer mais argumentos; e outros preferem manter-se somente em escuta, hipoteticamente por não terem objeções ao que está sendo defendido.

Conforme apurado, os diretores possuem formações técnicas e/ou universitárias, e os argumentos apresentados durante as discussões em reunião pública demonstram que eles se mantêm providos de informações suficientes para perseguir o objetivo de fiscalizar. A observação pautou-se no consenso decisório diante de temas importantes – onde todos os participantes demonstraram ter plena confiança nas inserções uns dos outros. Depois de decidir quais questionamentos seriam levados para o respectivo poder público municipal, formaliza-se um ofício.

- E) **QUANDO (FREQUÊNCIA DOS ENCONTROS):** Buscou-se a percepção dos participantes sobre a quantidade de encontros deliberativos. Neste ponto, conforme Estatuto, as reuniões públicas são previamente agendadas para ocorrer nas primeiras terças-feiras de cada mês. Já as reuniões da cúpula de diretores ocorrem pelo menos uma vez ao mês, podendo ocorrer mais vezes conforme a demanda e urgência dos assuntos a serem discutidos.

Cabe frisar que os minipúblicos voltados para a proposição participativa de resoluções de problemas requerem momentos de reuniões mais frequentes, já que devem se atualizar nas matérias em que precisam ouvir pontos de vista e decidir (FUNG, 2004).

A reunião pública é proposta em modelo presencial, na sede do OSB-PM, começando em primeira chamada e durando cerca de 1h30min. Já as reuniões internas diretivas normalmente ocorrem majoritariamente por videoconferência. Entendeu-se que os voluntários valorizam o momento da reunião presencial, na qual podem interagir sobre os assuntos atinentes às pautas de fiscalização, bem como confraternizarem com os colegas ao final do evento, conforme observado na visita ao campo.

- F) **POR QUÊ (APOSTAS E INTERESSES PESSOAIS NOS ASSUNTOS DISCUTIDOS):** Buscou-se perceber quais são as motivações que fazem com que esses atores se mobilizem continuamente, permaneçam ativos na persecução dos objetivos do minipúblico, e se

mantenham obstinados em realizar suas atividades voluntárias. Obteve-se que os participantes desse minipúblico são bastante engajados e acreditam (apostam) naquela iniciativa, já que reiteram muitas vezes que o OSB-PM atua por amor à cidade, fiscalizando o uso do dinheiro público em nome de todos os cidadãos, para que tenham uma cidade melhor e mais eficiente.

É importante dizer que o fator que motivou ambos os diretores a fundar o OSB-PM não adveio de um marco negativo evidente da política local, como algum escândalo público de corrupção ou algo semelhante, assim como já aconteceu em outras cidades mineiras que aderiram à Rede (ANACLETO et al, 2021). Um participante frisou que a decisão de fundá-lo veio da “intenção de realmente poder acompanhar a gestão pública e poder contribuir”.

Fung (2004) propõe as definições de deliberações frias e quentes, onde cada uma delas depende no nível do envolvimento dos participantes e do quanto eles acreditam na deliberação do minipúblico, ou seja, do quão altas são as apostas. Na deliberação fria, os participantes estariam de mente aberta, já que suas apostas são baixas. Já na deliberação quente, eles estariam com apostas altas e, conseqüentemente, com mais energia e recursos. Nisso, a experiência do OSB-PM trouxe à pesquisa uma predominância do tipo de deliberação denominada “quente” – as que mais podem vir a influenciar as decisões públicas e que ampliam a racionalidade dos procedimentos, e conseqüentemente a sua institucionalidade.

Ao passo que a frequência das reuniões do OSB-PM é consistente, e que o monitoramento feito pelo grupo ocorre antes, durante e depois das decisões públicas, fazem com que as apostas continuem altas mesmo depois de resolvidos os questionamentos, dando ainda mais ensejo à afirmação de que as decisões motivadas por esse grupo analisado têm maior poder de influenciar o exercício da governança pública local.

- G) EMPODERAMENTO: A categoria buscou encontrar expressões que esclarecessem a liberdade e as possibilidades de exercerem o direito de influenciar políticas públicas. Entendeu-se que essa instituição possui liberdade de se expressar e de propor soluções e melhorias à ação do poder público naquele município, e para isso, demandando que as deliberações do grupo a cada reunião sejam constantemente acompanhadas por eles próprios.

Todos os participantes das entrevistas frisaram a percepção de que o OS influenciava as decisões públicas no município, inclusive com a “simples presença” dos integrantes nas reuniões da Câmara Municipal. Todas as segundas-feiras um grupo de voluntários do observatório participa das reuniões, e a presença lá dentro “já fez mudar muitas coisas na Câmara”.

Na visita ao campo, foi percebido que existe um alto engajamento das pessoas voluntárias munidas de cargos de direção/conselho, onde demonstraram estar inteiradas das pautas em discussão, possuindo um grande poder de argumentação em razão de insistirem em fazer questionamentos que ora não foram explicados ou resolvidos pelo poder público.

Depreendeu-se que a voz daqueles participantes entrevistados é enérgica, até mesmo porque toda pauta que se mantém sob interrogação deles continua a se repetir e constar nas atas de reunião e nos relatórios públicos até que seja solucionada a contento; ou mesmo se o caso não seja encerrado em favor dos argumentos do OSB-PM, que pelo menos a sociedade pará-minense esteja ciente do esforço que eles imprimiram para questionar determinado fato e propor soluções de maior interesse público.

H) **MONITORAMENTO:** Buscou-se localizar as expressões dos participantes que indicassem efetiva fiscalização e acompanhamento das contas, ações e programas de governo. A primeira forma de monitoramento, *a priori*, busca internamente discutir sobre assuntos apurados através de denúncias anônimas de populares, e da própria apuração dos voluntários, coordenadores e estagiários ao acompanhar o Portal da Transparência. Nesse momento, busca-se inteirar-se acerca da legitimidade dos argumentos, gerar um arcabouço de conhecimento suficiente para entender o que está errado, e só aí partir para o encaminhamento do ofício aos interessados, ansiando que os agentes políticos levarão em consideração as deliberações daquele minipúblico em suas decisões públicas.

A segunda forma de monitoramento, concomitante, é o trabalho diário dos observadores de acompanhar as discussões que já foram levadas até as instâncias públicas, buscando não perder o que está sendo dito acerca daquele assunto e, se for o caso, intervir novamente com novos questionamentos e adendos, de modo a possibilitar um real acompanhamento do desenvolvimento das pautas na Câmara, principalmente, evitando que determinado assunto não persiga o interesse público.

A terceira forma de monitoramento, *a posteriori*, consiste em checar se tudo o que foi discutido e decidido nos conselhos de políticas está caminhando conforme o esperado; se as determinações proferidas pelo MPMG ao município estão sendo seguidas; se os equipamentos públicos prometidos realmente foram entregues; se as políticas propostas para um determinado público-alvo foram desenvolvidas a contento, dentre outros.

Quanto aos benefícios do monitoramento ali exercido, em vista do que é trazido por Fung (2004) em relação ao aprendizado público e a *accountability*, verificou-se que esses temas são experienciados ativamente. Os observadores possuem um direcionamento advindo da Rede no conhecimento experimental, em que a prática orienta quais tipos de assuntos devem ser levantados e quais decisões precisam ser tomadas num determinado contexto, a partir das situações que já foram vivenciadas por eles nos anos iniciais. Toma-se como ponto culminante na prestação de contas exercida a intensa atividade de insistir e “pressionar” os gestores públicos, visando garantir que o ponto de vista do interesse público esteja no cumprimento das promessas.

Em vista das oito escolhas trazidas e refletidas, o Quadro 4 resume as características do desenho institucional do OSB-PM e suas conexões com o município onde opera.

Quadro 4 – Resumo das características do minipúblico OSB-PM

Categorizações (FUNG, 2004)	Resultados no OSB-PM
Características do desenho institucional do OSB-PM	
Propósito e concepção	Controlar o gasto público, auxiliar os poderes no direcionamento dos recursos públicos, evitando a corrupção.
Quem?	Autosseleção voluntária, mediante critérios de seleção
O que?	Direcionamentos dos gastos públicos
Como?	Proposição, decisão, ação e resolução
Quando?	Reuniões Frequentes
Por que?	Estímulos e apostas pessoais frequentes
Conexões do OSB-PM com o Estado	

Categorizações (FUNG, 2004)	Resultados no OSB-PM
Empoderamento	Grande empoderamento do grupo, com constantes intervenções nas decisões
Monitoramento:	Ações consistentes de fiscalização do poder público

Fonte: Resultados da análise dos autores à luz de Fung (2004)

Comparando-se o Quadro 4 aos resultados percebidos por Anacleto et al. (2021) no Observatório de Piumhi, nota-se uma grande semelhança nas características das escolhas daquele desenho institucional com os resultados da análise no OSB-PM. A institucionalização da Rede OSB se mostra como um grande protagonista nas semelhanças dessas duas unidades, já que a cartilha da Rede deve servir para todos os seus filiados. Porém, os resultados que aqui foram percebidos não necessariamente seriam os mesmos para todas as unidades de observatórios do Brasil, já que cada região e estado brasileiros tem suas particularidades e problemas.

4.2 Contribuições e influências do OSB-PM à governança pública

A partir do que foi exposto nos tópicos de discussão anteriores, as escolhas do desenho institucional do OSB-PM apontam o potencial desse minipúblico em contribuir constantemente para a tomada de decisão pública e consequentemente às boas práticas democráticas (FUNG, 2004).

Para Fung (2004), um minipúblico saudável contribui para a qualidade da governança pública democrática de diferentes formas. Um primeiro grupo de contribuições trata do caráter da participação (quantidade, viés e qualidade); um segundo grupo diz respeito ao acesso à informação (pelos representantes, pelos cidadãos, e o estímulo à cidadania); um terceiro grupo conecta as deliberações à ação estatal (a *accountability*, a justiça das políticas propostas e sua eficácia).

No quesito do caráter da participação e da deliberação, a dimensão da quantidade de participantes em detrimento do contingente populacional pará-minense foi considerada pequena, vide a população total de 97.139 pessoas (47.615 homens e 49.524 mulheres) apontada no último Censo Demográfico (IBGE, 2022). Depreendeu-se que uma participação popular reduzida no OSB-PM possa ter os seguintes fatores: a) a cartilha da Rede OSB: há no seu escopo a exigência de que só participem do minipúblico os cidadãos não-filiados a partidos políticos, mas que mesmo assim ainda possuam algum interesse em discutir assuntos de cunho político; b) no engajamento ainda moderado para atrair e recrutar esse nicho específico de cidadãos pretendidos pela Rede e os estimularem a ser ativos participantes: mesmo que haja uma clara vontade e persistência dos voluntários em divulgar as ações, alguns fatores como tempo e disponibilidade dos integrantes podem interferir na captação e alcance de novos voluntários.

No tocante ao viés da participação, o perfil demográfico dos membros diretores ainda indica uma baixa representatividade da população pará-minense, havendo um contingente maioritário de diretores do sexo masculino em uma cidade onde a maioria das pessoas são do sexo feminino; além disso, há uma maioria de diretores aposentados em detrimento dos ativos economicamente, seus níveis de escolaridade são similares (ensino superior ou técnico) e há uma predominância de pessoas em maior idade nos cargos de direção e conselho fiscal. O quesito 'idade' é um ponto de pauta e discussão frequente dentre aquele grupo e dentre os

próprios diretores, os quais buscam encontrar algumas soluções para mitigar esse viés etário atuando mais vezes em ambientes como escolas e faculdades, visando atrair membros mais jovens dispostos a participar.

Quanto à qualidade da deliberação, destaca-se que as decisões são abertas às sugestões de todos os presentes, havendo um diálogo baseado no compartilhamento de informações, internalização e entendimento das ações públicas para legitimar argumentos e apurar possíveis irregularidades, proposições de soluções, etc. Todos os membros demonstraram respeitar os argumentos do próximo, e aceitam as inserções convincentes e baseadas nos interesses da sociedade (bem-comum). No decorrer das deliberações públicas os diretores e demais membros presentes têm chance de expor seus pontos de vista e de argumentar ideias e soluções. Por isso, a característica da deliberação é racional, razoável, igual e inclusiva (FUNG, 2004).

De acordo com Fung (2004), a recorrência dos encontros do minipúblico e o nível de monitoramento aumentam a racionalidade das deliberações, uma vez que mais informações estarão disponíveis e o conhecimento experiencial possível (ANACLETO, 2019). Nisso, considera-se que é alta a racionalidade das deliberações.

No que diz respeito à aferição da informação e transformação individual, nas que são direcionadas aos representantes verifica-se que o OSB-PM tem potencial de acionar e informar os representantes públicos e órgãos de controle. Por meio do monitoramento, os agentes públicos são rapidamente advertidos sobre pontuais irregularidades em suas políticas, baseando-se no interesse público da população pará-minense. Ademais, há os momentos de trocas e deliberações com os próprios representantes públicos sobre o conteúdo de determinados projetos, como acontece nas reuniões das comissões formadas na Câmara Municipal, onde os membros comparecem.

Quanto às informações fornecidas aos cidadãos, as deliberações ocorridas dentro do OSB-PM são publicizadas através dos relatórios trimestrais e das postagens em redes sociais, e são veiculadas no intuito de levar conhecimento para a sociedade sobre alguns temas a respeito da gestão municipal como, por exemplo, em quais projetos e ações estão sendo gastos os recursos públicos, se o poder público está obedecendo aos princípios constitucionais, quais são as ações dos observadores que visaram mitigar os erros e disfunções dos agentes estatais, etc.

Entende-se que a contribuição do OSB-PM de informar os cidadãos é moderada. Através do monitoramento diário, o município se vê incutido a manter o Portal da Transparência ativo e atualizado, permitindo a qualquer cidadão o acesso às deliberações do poder público. Porém, a disposição dessas informações nesses portais podem ser um fator limitador ao acesso e interpretação das informações pelo cidadão comum, fato que trazem como “solução” ao dispor em seus relatórios trimestrais as informações mais importantes de maneira sucinta e objetiva, com linguagem acessível.

No que tange às habilidades democráticas e socializações no minipúblico, nota-se que os integrantes são estimulados a desenvolvê-las, pois consideram o interesse público em suas pautas. Ademais, como proposto por Fung (2004), em minipúblicos com recorrentes deliberações e empoderados (onde os membros fazem apostas altas), nesses ambientes existem incentivos que os fazem conduzir as deliberações de forma estruturada e propositiva, onde os membros ficam mais engajados no processo de discussões, respostas e alternativas resolutivas com o ente público.

No grupo de contribuições que conecta o controle popular ao desempenho estatal, percebeu-se que as atividades do OSB-PM são propensas a aumentar a *accountability* vinda dos agentes e órgãos públicos. Os integrantes examinam as ações e políticas do município para identificar lacunas entre o interesse público e as práticas de governo, para notificá-los e ter as irregularidades reparadas. Como os temas de deliberação tratam majoritariamente de gastos públicos, a prestação de contas dos representantes do governo ao OS se torna praticamente compulsória. Também contribuem para a *accountability* municipal a qualidade das deliberações advindas do OSB-PM, a capacidade deles de influenciar decisões públicas pela maneira monitorar as ações do poder público.

Quanto à capacidade de fomentar a justiça das políticas públicas no município de Pará de Minas, o OSB-PM em razão de seu empoderamento consegue contribuir para que as políticas do município se baseiem no sentimento de cidadania e pertencimento à cidade. Como exemplo, ao questionar o direito à acessibilidade dos pará-minenses, a entidade pesquisada contribuiu para a justiça social.

Sobre a eficácia das influências do OSB-PM nas decisões públicas, as deliberações são capazes de gerá-la de determinadas formas:

1. os membros do minipúblico são críticos às políticas disfuncionais do município, e ao perceber tais disfunções, pleiteiam melhoras;
2. no conhecimento gerado no minipúblico e no suporte às informações que os observadores já possuem ou recebem da Rede;
3. no fato de o OSB-PM aprimorar as políticas públicas, já que utiliza o seu poder de deliberação em favor de assuntos característicos do município, fomentando uma resolução participativa. Por exemplo, a influência em Audiências Públicas: sugestões feitas à formatação do orçamento público, (especialmente sobre o percentual de manuseio dos recursos financeiros) diz muito sobre a capacidade de representar a favor da eficiência e eficácia das políticas.

Quanto à mobilização popular ocasionada através dos efeitos externos este estudo não avançou além das portas da instituição pesquisada, ocasionando uma imprecisão neste quesito.

Quadro 5 – Resumo das contribuições geradas pelo OSB-PM na governança pública

Definições (FUNG, 2004)	Resultados obtidos no OSB-PM
Caráter da participação no OSB-PM	
Quantidade de participações	Pelo último Censo populacional, pode ser considerada pequena
Viés da participação	Pelo último panorama do Censo, ainda há uma baixa representatividade
Qualidade das deliberações	O grupo mantém diálogo aberto para todos os membros, podendo expressar opiniões
Aferição de Informações e Transformação individual no OSB-PM	
Informações destinadas aos representantes	Grande volume e quantidade de informações

Definições (FUNG, 2004)	Resultados obtidos no OSB-PM
Informações destinadas aos cidadãos	É limitada majoritariamente ao conteúdo sucinto dos relatórios e das redes sociais
Habilidades e disposições democráticas	Estimuladas através da comunicação direta com os representantes públicos
Controle popular do OSB-PM e desempenho do Estado	
<i>Accountability</i> oficial	Há estímulo à <i>accountability</i>
Justiça das políticas	Ocorre promoção de justiça social
Eficácia das políticas	Há cobrança por eficácia e incentivo a uma maior eficiência das políticas públicas

Fonte: Resultados da análise, à luz de Fung (2004).

5 CONCLUSÕES

Este trabalho buscou analisar de que modo as práticas de um minipúblico influenciam as decisões públicas em um município. Para isso, foram traçados dois objetivos específicos: mapear as características do desenho institucional do OSB-PM pelas oito escolhas para minipúblicos; e analisar as influências e contribuições geradas pelo OSB-PM na governança pública.

A partir dos dados coletados e do arcabouço teórico, o OSB-PM correspondeu às oito escolhas, especialmente às de Empoderamento e Monitoramento, revelando a conexão deles com o Estado. Verificou-se no intervalo analisado uma sequência consistente de deliberações que obtiveram reflexos decisórios favoráveis do poder público municipal, dos órgãos de controle.

Na realidade relatada pelos fundadores do OSB-PM, houve adesão a um modelo associativo consolidado, em uma Rede institucionalizada e com diretrizes muito bem definidas. Neste ponto, refletimos que esta característica de ambiente institucional pode ter fornecido a segurança necessária para encorajar, desenvolver e realizar a vontade daqueles cidadãos de se organizarem para fiscalizar a atividade pública naquele município.

Dessa maneira, as influências percebidas no estudo pela ação institucional dos observadores em Pará de Minas contribuíram à governança pública municipal, como no caráter da participação (quantidade, viés e qualidade); no modo de acesso à informação (pelos representantes, pelos cidadãos, e no estímulo à cidadania); e na conexão das suas deliberações na ação estatal (*accountability*, justiça das políticas e eficácia).

Um dos maiores desafios para o OSB-PM é manter financeiramente suas atividades básicas e angariar novos membros. Em vista da natureza materialmente “apartidária” e da complexidade das discussões naquele ambiente deliberativo, depreende-se que o funil de atração de voluntários e mantenedores é mais estreito, possivelmente porque alguns indivíduos/empresas atrelam-se em identidades políticas, e os que são “isentos” tendem a não se envolver em movimentos sociais. A Rede busca se isentar de ideologias partidárias para que suas atividades não sejam

interpeladas pelos poderes públicos locais e interpretações errôneas sobre “sabotar” projetos de determinado governante em detrimento de outro.

No OSB-PM, a institucionalização inspirada na Rede OSB se mostrou como um ponto forte nos seus resultados, gerando membros perenes e alta padronização da sua atividade fiscalizadora. Mas os resultados percebidos nesta filial não necessariamente seriam os mesmos nos outros OS no Brasil, já que cada região e estado brasileiros tem suas particularidades e problemas.

O estudo também identificou, comparando-se aos dados do estudo de Anacleto (2019), um fenômeno de desfiliação de alguns observatórios no cenário nacional. Em vista dessa variação de criações e extinções, estudos posteriores podem esmiuçar desenhos institucionais e seus níveis de empoderamento e monitoramento em outros estratos em diferentes regiões, podendo revelar se a institucionalização da Rede é fator suficiente para assegurar o manutenção e sucesso das filiais.

Como limitações da pesquisa, cabe a abrangência do estudo de caso em um único OS dentre a gama de filiais mineiras existentes. A análise de conteúdo se pautou em uma teoria atrelada a minipúblicos deliberativos, porém há outros referenciais teóricos pertinentes para analisar a atividade de um OS, especialmente a partir do comportamento administrativo, heurísticas e vieses e inovação democrática.

Este estudo visou contribuir na ampliação do interesse acadêmico em práticas institucionalizadas de controle social, e na percepção da importância de cidadãos comuns se apropriarem das temáticas de natureza pública em seus municípios. Futuros trabalhos podem analisar o perfil do público que decide aderir a essas atividades voluntárias – já que em algum grau eles se interessam por decisões políticas, por mais que não se identifiquem com nenhum estrato partidário.

REFERÊNCIAS

- Anacleto, E. A. M., Cabral, E. H. S., Alcântara, V. C., & Andrade, V. A. R. (2021). Minipúblicos e deliberação em compras públicas: um estudo no Observatório Social do Brasil de Piumhi. *Administração Pública e Gestão Social*, 13(3).
- Assis, V., Fauth, G., & Cavallazzi, R. (2020). Cidadania na cidade: escolhas para o desenho institucional participativo no Plano Diretor do Município de Nova Friburgo de 2007. *Revista de Direito da Cidade*, 11(2), 235-256.
- Avritzer, L. (2008). Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, 14(1), 43-64.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (Ed. Revista e Ampliada). Edições 70.
- Bona, R. S., & Boeira, S. L. (2018). Observatório Social do Brasil e os desafios organizacionais do controle social. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 23(75), 215-234.
- Ciconello, A. (2008). *A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil*. Oxfam.
- Dahl, R. A. (1989). *Democracy and its critics*. Yale University Press.
- Delibera Brasil (Org.). (2022). *Minipúblicos e Assembleias Cidadaãs por Sorteio* (E-book). Recuperado de <http://deliberabrasil.org/wp-content/uploads/2022/12/E-Book-Pocket-Experiencia-DB-1-1.pdf>
- Escobar, O., & Elstub, S. (2017). Forms of mini-publics: An introduction to deliberative innovations in democratic practice. *Research and Development Note*, 4, 1-14.
- Fung, A. (2004). Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais e suas consequências. In V. S. P. Coelho & M. Nobre (Orgs.), *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo* (p. 173-209). Editora 34.

- Macedo, R. M., & Ckagnazaroff, I. B. (2018). Neo-institucionalismo: discussão acerca da teoria e suas vertentes. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, 16(1).
- Observatório Social do Brasil. (2022). *Estatuto do Observatório Social de Pará de Minas*.
- Paes de Paula, A. P. (2005). *Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da existência contemporânea*. Editora FGV.
- Pinheiro, D. A. R. (2016). A legitimidade do controle social da gestão pública: uma resposta a Hebert Wechsler. *Revista de Administração Pública*, 50(5), 867-883.
- Santos, T. R., Souza, K. V., & Ribeiro, L. M. P. (2021). Controle Social e Accountability: a atuação do Observatório Social de Pará de Minas/MG. *Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social*, 3, 385-405.
- Schommer, P. C., & Moraes, R. L. (2011). Observatórios sociais como promotores de controle social e accountability: reflexões a partir da experiência do observatório social de Itajaí. *GESTÃO. Org-Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 8(3).
- Schommer, P. C., Nunes, J. T., & Moraes, R. L. (2012). Accountability, controle social e coprodução do bem público: a atuação de vinte observatórios sociais brasileiros voltados à cidadania e à educação fiscal. In *Publicações da Escola da AGU: Gestão Pública Democrática* (p. 229-258).
- Vitullo, G. (2000). O desafio da construção de um modelo democrático deliberativo. *Sociologias*, 2(3).
- Wampler, B., & Avritzer, L. (2004). Públicos participativos: sociedade civil e novas instituições no Brasil democrático. In V. S. P. Coelho & M. Nobre (Orgs.), *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo* (p. 210-238). Ed. 34.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (2 ed.). Bookman.